

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 14

Data: 09/11/89

Pg.: 14

Índios recorrem contra a construção de usina

BRASÍLIA — Oito líderes da reserva indígena dos nambiquaras, situada na divisa entre Mato Grosso e Rondônia, entraram com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República contra a construção da Usina Hidrelétrica Doze de Outubro, projetada pela empresa de Construção Goes Cohabita. A empresa pertence ao presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado Joacy Goes (PMDB-BA).

Na representação, os índios pedem ainda indenização pelos danos causados a seu território e a responsabilização do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, por ter autorizado a presença de técnicos da empresa construtora para um estudo de investigação geológica na área sem prévia permissão da comunidade indígena. A reserva fica no município de Comodoro, 780 quilômetros a noroeste de Cuiabá.

Manuscrito — No dia 30 de maio passado, 18 índios, representando os 1.000 nambiquaras residentes no Vale do Guaporé, assinaram uma ata manuscrita na qual autorizavam a entrada de 20 técnicos da empresa Goes Cohabita para “darem início aos trabalhos e estudos para desenvolvimento dos projetos básico e executivo e estudos do meio ambiente da pretendida construção de uma usina hidrelétrica” no Rio Doze de Outubro. Em troca os índios pediram à empresa a revisão geral de uma caminhonete F.4000, aquisição de seis pneus e óleo combustível e lubrificante para o trator existente no posto indígena.

“Assinamos o documento sem saber o que era uma usina”, protesta o cacique Donald Kithaulu, autor da ata que autoriza a pesquisa. Ele garante que foi usado pela Funai. Os próprios índios, em plebiscito posterior, decidiram impedir a realização de novos estudos e a construção da usina em sua área. De acordo com os oito líderes nambiquaras que vieram à capital federal, a empresa Goes Cohabita não se limitou aos estudos geológicos, derrubando árvores e fazendo perfurações.

Há mais de dois meses, um grupo de operários trabalha no levantamento geológico da área, a cinco quilômetros da aldeia kithãlu. Segundo os índios, a autorização dada pelo presidente da Funai permitia a entrada de apenas nove homens, mas, em determinado momento, o número de operários chegou a 52, retirados por ordem do administrador regional da Funai no município de Vilhena (RO).

O projeto da Usina Doze de Outubro prevê o alagamento de uma área de 4,5 hectares dentro do território indígena, para a geração de 12 megawatts, cujo objetivo é fornecer energia elétrica para a população de Vilhena. “Não somos loucos de autorizar a construção de uma usina sem a aprovação do Congresso Nacional”, afirma Ovidio Mar-



Kithaulu e mais sete líderes foram à CNBB

tins, procurador-geral da Funai, lembrando o terceiro parágrafo do Artigo 231 da Constituição, que exige a autorização do Congresso e das comunidades indígenas para “o aproveitamento dos recursos hídricos” de suas reservas.

O proprietário da Goes Cohabita, deputado Joacy Goes, acha que “um lago de 4,5 hectares não causa impacto ambiental significativo” e critica uma “histeria ecológica” de setores ambientalistas. A obra deverá começar em março, com prazo de execução de dois anos e investimento de US\$ 30 milhões. Os direitos de exploração comercial da usina serão da própria Goes Cohabita. Se chegar a ser construída, a usina será a primeira na Amazônia a ser explorada por uma empresa privada.

O governo federal enviou ontem ao Congresso um projeto de lei autorizando abertura de crédito especial até o limite de NCz\$ 500 milhões para continuidade das obras da hidrelétrica de Xingó, através da emissão de títulos do Tesouro Nacional em igual montante. Na exposição de motivos assinada pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, Xingó é incluída entre “as prioridades do setor elétrico”, pois suprirá o déficit de energia principalmente na região Nordeste: Xingó fica na divisa dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Com a conclusão prevista para 1994, a usina hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, vai atender a nove estados.